



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

2015



ÍNDICE

Nota de Abertura	4
Órgãos Sociais	5
Associados	6
Associados Municipais	6
Associados Não Municipais.....	7
Estrutura Organizativa	8
Recursos Humanos	9
Quadro de Pessoal	9
Recurso à Subcontratação.....	9
Relatório de Atividades	10
Atividades Previstas em Plano de Atividades	11
Observatório de Sustentabilidade.....	11
Planos de Ação para a Sustentabilidade Energética	13
Participação Atividades RNAE	14
Prestação de Serviços de Consultoria	15
Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.....	17
Nearly Zero Energy School	18
Mercado Liberalizado de Energia.....	20
Desenvolvimento Estratégico para a Sustentabilidade	21
Compensação do Fator de Potência	22
Eficiência Energética em Sistemas de Bombagem.....	23
Produção Descentralizada de Energia Elétrica.....	24
Atividade Prospetiva	25
Atividades Não Previstas em Plano de Atividades	26
Atividades Previstas Mas Não Concretizadas	29
Análise da Situação Económica e Financeira	30

Rendimentos	30
Gastos e Perdas	31
Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício	32
Evolução Previsível da Atividade	32
Divulgações Exigidas por Diplomas Legais.....	32
Proposta de Aplicação de Resultados.....	34
Contas	35
Demonstrações Financeiras	36
Balanço Individual em 31 de dezembro de 2015	36
Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas em 31 de dezembro de 2015	37
Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2015	38
Anexo às Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2015.....	39
Aprovação	67

NOTA DE ABERTURA

No ano de 2015 implementaram-se as atividades previstas no Plano Estratégico de Atividades da *Energaia* para o quadriénio 2014-2017, tendo-se igualmente desenvolvido um conjunto muito significativo de atividades não previstas no referido plano, que demonstram o consolidar das relações com os mais significativos *stakeholders* do território, assim como do permanente desenvolvimento de competências da *Energaia*.

Em particular, destacam-se aqui atividades como a participação no desenvolvimento da Estratégia 2020 no tema da sustentabilidade energética a convite da Área Metropolitana do Porto, a implementação da medida “Gestores Locais de Energia” em colaboração com a ADENE, ou o apoio ao município de Vila Nova de Gaia no desenvolvimento da presidência aberta dedicada ao tema da Sustentabilidade Energética, entre muitas outras.

Complementarmente, e no âmbito da atividade prospetiva foi possível a concretização de um conjunto de candidaturas a programas de financiamento Europeus, atividade que se espera, possa vir a sustentar a internalização de novo conhecimento na organização e a sua disponibilização e integração no território, assim como o financiamento próprio da *Energaia*.

Toda a referida atividade decorreu num ambiente de formação contínua de toda a equipa da *Energaia*, e dentro do orçamento previsto no Plano de Atividades e Orçamento para 2015.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidência da Mesa da Assembleia Geral

Município de Vila Nova de Gaia

1º Secretário da Mesa da Assembleia Geral

Município de Oliveira de Azeméis

2º Secretário da Mesa da Assembleia Geral

Município de São João da Madeira

Vogais

Município de Espinho

Município de Santa Maria da Feira

Município de Vale de Cambra

ADENE - Agência para a Energia

AdDP - Águas do Douro e Paiva

EDP Distribuição

EDP Gás Distribuição

FEUP - Faculdade de Engenharia da
Universidade do Porto

GALP Energia

ISEP - Instituto Superior de Engenharia do Porto

Metro do Porto

SULDOURO

Universidade de Aveiro

Conselho de Administração

Presidência do Conselho de Administração

Município de Vila Nova de Gaia

Vice-presidência do Conselho de Administração

Município de Santa Maria da Feira

Vogal do Conselho de Administração

Município de Espinho

Tesoureiro do Conselho de Administração

EDP Distribuição

Secretário do Conselho de Administração

ADENE – Agência para a Energia

Conselho Fiscal

Município de Vale de Cambra

GALP Energia

Metro do Porto

ASSOCIADOS

ASSOCIADOS MUNICIPAIS



Município de Espinho



Município de Oliveira de Azeméis



Município de Santa Maria da Feira



Município de São João da Madeira



Município de Vale de Cambra



Município de Vila Nova de Gaia

ASSOCIADOS NÃO MUNICIPAIS



ADENE
Agência para a Energia



AdDP
Águas do Douro e Paiva



EDP Distribuição



EDP Gás Distribuição



FEUP
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto



GALP Energia



ISEP
Instituto de Engenharia da Universidade do Porto



Metro do Porto

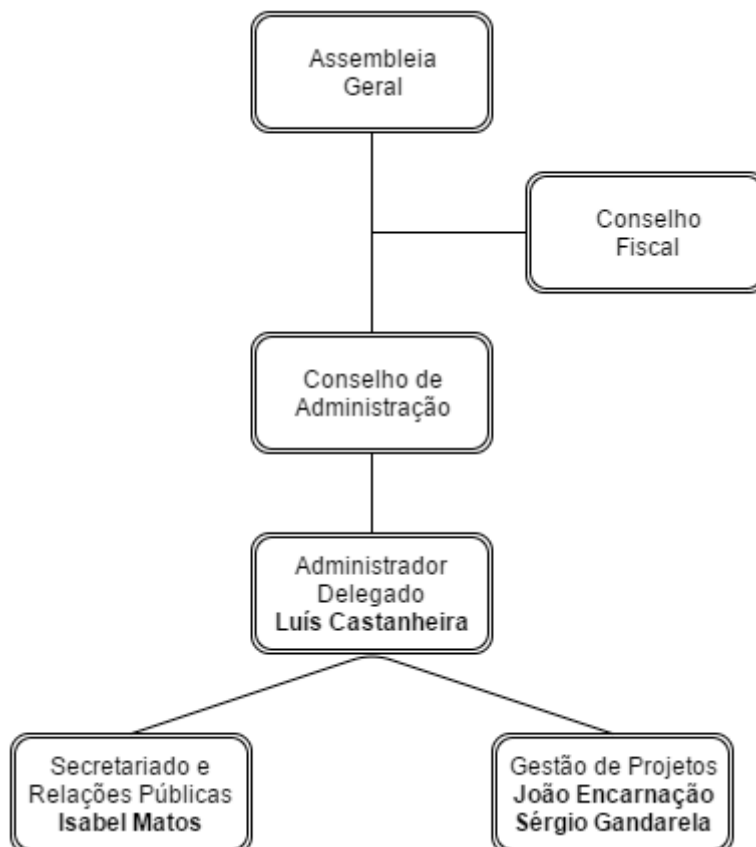


Suldouro
Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos



Universidade de Aveiro

ESTRUTURA ORGANIZATIVA



RECURSOS HUMANOS

QUADRO DE PESSOAL

No final de 2015, a *Energaia* tinha ao seu serviço 4 colaboradores, assim distribuídos:

<i>Função</i>	<i>Número</i>
Administrador Delegado	1
Secretariado e Relações Públicas	1
Gestores de Projetos	2
Total	4

RECURSO À SUBCONTRATAÇÃO

A equipa da *Energaia* caracteriza-se pelo elevado grau de qualificação e o reconhecimento de diversas valências técnicas, que lhe permite atuar sem qualquer limitação nas áreas em que intervém. No entanto, como forma de evitar o crescimento insustentável da equipa, e aquando de solicitações específicas que o justifiquem, a *Energaia* recorre à subcontratação de empresas especializadas que atuam sob a coordenação e supervisão da sua equipa técnica.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2015

ATIVIDADES PREVISTAS EM PLANO DE ATIVIDADES

A *Energaia* – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto, na prossecução da sua missão, desenvolveu durante a ano de 2015 as seguintes atividades:

OBSERVATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

Com o Observatório de Sustentabilidade, os Municípios obtêm uma base de dados muito completa, que inclui a caracterização dos edifícios, da iluminação pública, das frotas municipais, do abastecimento e tratamento de água e da recolha e tratamento de resíduos. Nesta plataforma estão contidas informações que englobam características de construção dos edifícios, sistemas e equipamentos técnicos existentes, informações sobre consumos e custos com energia e água obtidas através de faturas e de sistemas de monitorização, bem como outras informações gerais.

Esta plataforma viabiliza a utilização, pela *Energaia* e seus municípios associados, de um conjunto de instrumentos de gestão que convergem para a melhoria da respetiva sustentabilidade territorial, para a redução dos encargos sobre os orçamentos municipais e para a simplificação dos processos administrativos e técnicos relacionados com o abastecimento e consumo energético nos edifícios, equipamentos, espaços e infraestruturas sob a sua responsabilidade.

Durante o ano de 2015, a *Energaia* dando continuidade à melhoria contínua do Observatório de Sustentabilidade, disponibilizou funções ao nível de: monitorização em tempo real de equipamentos e instalações Municipais; alarmes em função da ultrapassagem de limites pré-definidos; e painéis informativos configuráveis com recurso a informação da monitorização.

A *Energaia*, reconhecendo a mais-valia desta Plataforma, submeteu uma candidatura em 2014 ao *Green Project Awards*, tendo na cerimónia de entrega de prémios em 2015, recebido a Menção Honrosa na categoria *Information Technology*.

O Observatório de Sustentabilidade foi ainda difundido na RTP Informação através do programa “Sabia que?”, apresentado pelo jornalista Daniel Catalão. Este é um programa de ciência, com objetivo utilitário e apelando à curiosidade do espetador.

Foram também promovidas diversas ações de promoção do Observatório de Sustentabilidade, como por exemplo:

- Evento de Lançamento da Rede de Inovação e Tecnologia em Energia - RITE (CCDR-C, 25 de Março de 2015);
- “Local Energy Data Collection for Greenhouse Gas Inventories” (Portugal 3 November 2015).

PLANOS DE AÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA

A utilização de Planos de Ação para a Sustentabilidade Energética (PASE), com a devida consideração das ações setoriais específicas aí definidas, são condição essencial para a devida implementação e monitorização de um processo que diminua efetivamente o consumo de energia e as emissões de CO₂ associadas, num determinado território.

A formulação dos referidos planos tem por base a informação das matrizes energéticas dos territórios, atividade que a *Energaia* concluiu em 2013, para a totalidade do seu território de intervenção¹.

Enquanto alguns dos municípios associados se encontram em fase de elaboração dos PASE, outros já viram o seu plano aprovado pela Comissão Europeia, na sequência do compromisso formal que assumiram no âmbito do Pacto de Autarcas.

O Município de Vila Nova de Gaia foi a 2ª cidade signatária a aderir ao Pacto de Autarcas, em abril de 2009, e, fruto do empenho da *Energaia* no acompanhamento do Plano de Ação, esta foi a primeira cidade europeia a relatar formalmente à Comissão Europeia o seu progresso na redução de emissões de CO₂. Durante 2015, a *Energaia* prestou o apoio necessário à implementação das medidas identificadas no referido Plano de Ação de Vila Nova de Gaia.

Após a fase de desenvolvimento preliminar dos PASE, durante 2015 a *Energaia* procurou junto dos seus associados promover a finalização e a aprovação dos referidos Planos e promover a adesão dos Municípios associados (que ainda não aderiram) à iniciativa Pacto de Autarcas.

¹ Matrizes energéticas disponíveis em www.energaia.pt

PARTICIPAÇÃO ATIVIDADES RNAE

A *RNAE – Associação das Agências de Energia e Ambiente* é uma rede de cooperação nacional constituída por agências de energia e de ambiente de âmbito municipal e regional, cujo objetivo é partilhar informação e experiências, bem como fomentar as parcerias entre agências.

A *Energaia* enquanto associada da *RNAE*, e na sequência do trabalho desenvolvido desde 2010, ao longo de 2015 participou nas atividades que foram desenvolvidas em temas como o Sistema Nacional de Certificação, a Iluminação Pública, a Mobilidade Elétrica e o Pacto de Autarcas. Durante 2015, esta participação foi ainda focalizada nos projetos já aprovados como os do Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC) e Plano de Promoção da Eficiência no Consumo (PPEC).

Relativamente ao PPEC salienta-se a ação “Luz certa no seu Município”, “ReFLUX”, “SMART OFFICES – Literacia e Gestão Energética nos Escritórios Portugueses”, “YEL - Young Energy Leaders”, entre outros. O papel da *Energaia* neste âmbito engloba o apoio na análise de propostas submetidas aos procedimentos concursais, ou ainda na avaliação de plataformas e de conteúdos desenvolvidos.

A *Energaia* tem sido representada na *RNAE* pelo seu Presidente do Conselho de Administração, numa participação ativa mensal.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA

No ano de 2015, a *Energaia* iniciou uma avaliação energética e hídrica ao Complexo Desportivo Paulo Pinto, em São João da Madeira, tendo como objetivo identificar um conjunto de medidas de racionalização, que aumentem a eficiência na utilização dos recursos na instalação.

O Complexo Desportivo Paulo Pinto é um empreendimento com uma piscina interior, piscinas exteriores, um pavilhão desportivo, espaços exteriores, balneários e outras infraestruturas de suporte às atividades. Devido à sua dimensão, utilização intensiva e idade das infraestruturas, verificou-se que o Complexo Desportivo Paulo Pinto apresenta várias oportunidades de melhoria na utilização de recursos, na modernização do equipamento e, conseqüentemente, no serviço prestado aos cidadãos.

Foram identificadas várias oportunidades de otimização dos consumos, que passavam, por exemplo, pela substituição das caldeiras existentes por outras mais eficientes, isolamentos dos circuitos de energia térmica, cobertura do plano de água da piscina, produção de energia renovável com recurso a sistema solar térmico e um sistema solar fotovoltaico, substituição de tecnologias de iluminação mais antigas por tecnologias LED mais eficientes, redução dos consumos de água pela aplicação de dispositivos finais de elevada eficiência hídrica e implementação de um sistema de gestão técnica centralizada que permita monitorizar e otimizar a utilização dos equipamentos e melhore a eficiência de utilização dos recursos no empreendimento.

Ainda no ano de referência, a *Energaia* promoveu a análise às intervenções de melhoria da eficiência energética da Iluminação Pública do Município de São João da Madeira, assim como o respetivo Caderno de Encargos.

Dando sequência aos trabalhos realizados em anos anteriores, a *Energaia* desenvolveu para a *SIMDOURO - Saneamento do Grande Porto S.A.* o Relatório de Execução e Progresso para o biénio 2013-2014 referente à ETAR Gaia Litoral. Ainda para a mesma entidade, foi promovida a auditoria energética à ETAR de Paço de Sousa.

Tendo como objetivo o término da execução das ações de Reabilitação Energética dos Pavilhões de Grijó, Gulpilhares e Vila D'Este, a *Energaia* continuou em 2015 a fiscalização da reabilitação e realizou a Certificação Energética dos Edifícios mencionados. Na sequência desta participação, a

Energaia foi convidada a colaborar com a Gaiurb, o Município de Vila Nova de Gaia e a Universidade do Minho, na demonstração das intervenções realizadas nos equipamentos desportivos. Esta colaboração esteve enquadrada no projeto “Annex 56 – Cost effective energy and carbon emission optimization in bulding renovation”, da Agência Internacional de Energia.

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA

A *Energaia* tinha já sido contratada pelo Instituto Politécnico do Porto para integrar um projeto para a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (CIM-TS), que incorporou o apoio ao desenvolvimento de matrizes energéticas dos Municípios que integram a CIM-TS e que suportaram a formulação da estratégia para a sustentabilidade energética do território abrangido, consubstanciada em Planos de Ação para a Sustentabilidade Energética Municipal, também estes integrados no apoio.

Igualmente no âmbito deste projeto, esteve englobada a utilização do Observatório de Sustentabilidade, com acesso a todas as funcionalidades, tendo por objetivo a aferição de potenciais de poupança energética nas instalações dos Municípios da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

A utilização do Observatório de Sustentabilidade foi incentivada através da disponibilização de um manual de utilização e realização de uma sessão de formação com os técnicos dos vários municípios, em que foram exemplificadas as potencialidades desta ferramenta e esclarecidas as dúvidas dos utilizadores.

A utilização do Observatório de Sustentabilidade permitiu identificar oportunidades de poupança a rondar os 30.000,00 € por ano, apenas com a análise da faturação, incidindo em oportunidades como a redução do custo com energia reativa e identificação de instalações com consumo nulo ou anormalmente baixo.

NEARLY ZERO ENERGY SCHOOL

No ano de 2014 teve início uma ação entre a *Energaia* e o Município de Santa Maria da Feira para a promoção um projeto-piloto de reabilitação da escola de Canedo, de acordo com os princípios de conceção associados ao conceito NZEB, que já permitiu uma poupança na ordem dos 20.000,00 €/ano, após um investimento de cerca de 17.000,00 €.

Em 2015, os mesmos princípios de reabilitação energética já se consolidaram como uma referência para o desenvolvimento de mais estudos em outros edifícios escolares, que resultaram na identificação de oportunidades significativas de melhoria da eficiência energética e hídrica com investimentos reduzidos.

Assim, foi elaborado um plano de ação para aplicar os mesmos fundamentos de reabilitação em 13 edifícios escolares do ensino básico e pré-escolar em São João da Madeira, seguindo o princípio de identificação de oportunidades de melhoria da eficiência energética e hídrica com investimentos reduzidos. As ações identificadas incluíram a recomendação de implementação de um sistema de monitorização dos consumos de energia e água, que constituiu um elemento fundamental no processo de melhoria da eficiência com base num processo de medição e verificação, que consolidou as vantagens de aplicação das medidas de otimização da utilização de energia e água. Na iluminação foram identificadas várias oportunidades de redução de consumos, que passavam, por exemplo, pela substituição de tecnologias mais antigas por tecnologias LED mais eficientes. Na água, identificaram-se oportunidades de redução dos caudais e volumes de descarga através da colocação de dispositivos economizadores e novos dispositivos mais eficientes. A quantificação permitiu estimar uma redução mínima anual de 1.012 m³ de água, 32.358 kWh de energia, reduzir custos no valor de 8.240,48 € e evitar a emissão de 11.649 kgCO₂e.

Neste ano, iniciou-se também o estudo de aplicação de princípios semelhantes de reabilitação energética no edifício do Instituto Superior de Paços de Brandão (ISPAB) e Escola Profissional de Paços de Brandão (EPPB), em Santa Maria da Feira, tendo igualmente o objetivo de identificar oportunidades de melhoria da eficiência energética com investimentos reduzidos. As recomendações identificadas incluíram melhorias na iluminação, através da substituição de tecnologias mais antigas por tecnologias a LED mais eficientes, pelo comando da iluminação com recurso a detetores de presença e condicionado à existência de luz natural suficiente; incluíram igualmente soluções para reduzir o pagamento de energia reativa, várias medidas de gestão de

energia de baixo investimento e com forte componente comportamental, um sistema de produção de energia através de uma unidade de produção para autoconsumo (UPAC) fotovoltaica e um sistema de monitorização de consumos e gestão de energia. A quantificação permitiu estimar uma redução mínima anual de 38.336 kWh de energia, reduzir custos no valor de 8.586,10 € e evitar a emissão de 13.801 kgCO₂e.

MERCADO LIBERALIZADO DE ENERGIA

As tarifas reguladas de venda a clientes finais terminaram no final do ano de 2012 para a totalidade dos consumidores portugueses de eletricidade e gás natural, os clientes que permaneceram em mercado regulado, ficaram sujeitos a um período transitório e a ser abastecidos pelo comercializador de último recurso com uma tarifa transitória fixada pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), e que está sujeita a revisão trimestral e possível agravamento dos preços aplicados.

Considerando a elevada quantidade de contratos de energia a cargo dos Municípios e das especificidades de contratação pública a que estão sujeitos, a transição para mercado liberalizado torna-se um processo mais complexo para os Municípios, comparativamente à maioria das organizações. A quantificação dos consumos nos vários contratos e as diferentes características de cada contrato aumentam a complexidade na quantificação dos custos com as diferentes tarifas, taxas e impostos. Esta tarefa é consideravelmente simplificada com a utilização de um processo de quantificação automatizado, como aquele disponibilizado pelo Observatório de Sustentabilidade, e desenvolvido pela *Energaia* para os seus Municípios associados.

A contribuição da *Energaia* neste tema tem englobado o apoio na elaboração de procedimentos concursais de aquisição de energia em mercado liberalizado, que incluam informação precisa sobre os históricos de consumos e um conjunto de critérios técnicos importantes para a obtenção de condições comerciais economicamente favoráveis e com disponibilização de informação útil para realizar uma correta gestão de energia.

Em 2015, a *Energaia* continuou o apoio prestado aos Municípios associados, na elaboração dos procedimentos concursais e no aperfeiçoamento de métodos e aplicações de tratamento da informação sobre os consumos de energia.

A *Energaia* por solicitação do Município de Vila Nova de Gaia promoveu a análise aos dois procedimentos de contratação em mercado liberalizado de energia anteriormente realizados e cujo contrato não foi assinado. Após análise, foi acordado que o Município iria apoiar-se no modelo de Caderno de Encargos desenvolvido pela *Energaia*.

DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO PARA A SUSTENTABILIDADE

O Programa Estratégico da candidatura às Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação visa construir, consolidar e/ou ativar dinâmicas coletivas de desenvolvimento urbano da rede de cidades e principais aglomerados populacionais da região de Aveiro, a qual se designou de Comunidade Interurbana de Aveiro.

Enquadrada com o Programa Estratégico da Comunidade Interurbana de Aveiro, no que respeita à área da Energia, o principal objetivo da Região de Aveiro é a ativação da Agência para Sustentabilidade e a Competitividade. Tendo em vista a sua concretização, a *Energaia* iniciou um projeto com a *Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro*, com o objetivo de formular as atividades que permitirão concretizar os objetivos no domínio do desenvolvimento sustentável e da competitividade do território, bem como definir o processo de acompanhamento e monitorização dessas atividades.

Em 2015, a *Energaia* concluiu os serviços de desenvolvimento estratégico do projeto, onde as principais atividades incluíram a definição de uma estratégia de desenvolvimento dos projetos através da elaboração do Plano de Atividades Principais, o apoio na formulação, acompanhamento e monitorização das atividades, a definição e proposta de *scorecard* de indicadores para controlo do desenvolvimento dos projetos, apoio na análise de medidas de eficiência energética e energias renováveis assim como recomendações sobre a criação e constituição de uma agência energia.

Destaca-se igualmente o apoio da *Energaia* na elaboração do projeto Escolas Sustentáveis, que englobou princípios de *Gamification*, num desafio às escolas para voluntariamente reduzirem os seus consumos de energia e água, assim como implementarem medidas de sustentabilidade, em que terão metas individuais a atingir e simultaneamente o seu desempenho estará em competição com outras escolas.

COMPENSAÇÃO DO FATOR DE POTÊNCIA

Quando existe consumo de energia elétrica numa instalação, essa mesma energia elétrica pode ser dividida em dois tipos: a energia ativa que é consumida em todos os equipamentos elétricos para realizarem a sua função (útil) e a energia reativa que é consumida em alguns equipamentos na produção de campos magnéticos necessários ao seu funcionamento (não útil). O consumo de energia reativa não pode ser anulado, mas o seu consumo pode ser minimizado e o pagamento desta componente na fatura pode ser evitado com a adoção de algumas medidas, entre as quais se encontra a instalação de baterias de condensadores e adaptações nos equipamentos existentes.

No seguimento dos estudos realizados em anos anteriores, em 2015, foram realizados novos estudos diagnósticos que resultaram na identificação de instalações com baixo fator de potência e com custos associados ao consumo energia reativa.

Em resultado do Aviso 18 - Redução de Consumos de Energia Reativa no Estado 2015, de apresentação de candidaturas ao Fundo de Eficiência Energética (FEE), criado pelo Decreto-Lei nº 50/2010, de 20 de maio, a *Energia* colaborou com os Municípios interessados, na elaboração de candidaturas a financiamento para realização de investimentos na aquisição de bens e serviços relativos ao fornecimento e instalação de baterias de condensadores.

Foram apresentadas, e conseqüentemente aprovadas, oito candidaturas num valor de investimento a rondar os 14.000,00 €, que incluíam pisciniais municipais, recintos desportivos, paços de concelho, escolas, edifício de espetáculos e centro tecnológico que na totalidade apresentavam um potencial de redução de custos anuais de aproximadamente 9.300,00 €.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM SISTEMAS DE BOMBAGEM

Considerando a relevância dos consumos e custos associados à bombagem de água em várias infraestruturas municipais, a *Energaia* promoveu a realização de diagnósticos aos principais sistemas de bombagem em cada Município, com os objetivos de avaliar as condições dos sistemas existentes, estimar os seus consumos energéticos anuais, emissões associadas ao consumo e propor medidas que promovam a eficiência energética e a redução dos consumos elétricos.

Foram encontradas várias oportunidades de melhoria da eficiência energética, que incluíam a substituição por equipamentos mais eficientes, a variação de velocidade e sistemas de controlo mais adequados. A totalidade das medidas apresentava um potencial de redução dos consumos em 792.647 kWh/ano e uma redução dos custos anuais em aproximadamente 81.000,00 €. Adicionalmente permitiu-se criar oportunidades para a formação nos Municípios sobre o tema da eficiência energética em sistemas de bombagem.

No seguimento da realização dos diagnósticos e da identificação de medidas de eficiência energética, em 2015, a *Energaia* acompanhou a implementação dos sistemas mais eficientes, através da validação dos benefícios identificados, da compatibilização dos equipamentos e da identificação de novas oportunidades.

PRODUÇÃO DESCENTRALIZADA DE ENERGIA ELÉTRICA

Com a definição de um novo regime de produção descentralizada de energia elétrica, através da publicação do Decreto-Lei n.º 153/2014, vai ser possível produzir energia em regime de autoconsumo, em que a produção destina-se predominantemente a consumo na instalação associada à unidade de produção, com possibilidade de ligação à rede (RESP) para a venda, a preço de mercado, da eletricidade não autoconsumida. Será igualmente possível produzir energia elétrica em regime de pequena produção, em que o produtor poderá vender a totalidade de energia produzida com uma tarifa atribuída com base num modelo de licitação, no âmbito do qual os concorrentes oferecem descontos à tarifa de referência.

Considerando o elevado potencial económico e ambiental para os Municípios com a produção descentralizada de energia nos vários edifícios e infraestruturas municipais e tendo em conta o contributo potencial para atingir os objetivos do Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis, a *Energaia* iniciou em 2015 uma avaliação de potenciais oportunidades de implementação de sistemas com recurso a energias renováveis, que revelem ser investimentos rentáveis e permitam um aumento da produção de energia limpa.

Os estudos realizados consideraram a tecnologia solar fotovoltaica e demonstraram que a aquisição deste tipo de sistemas encontra-se cada vez mais competitiva, devido à redução dos custos de aquisição e instalação dos equipamentos, assim como em resultado da tendência de aumento das tarifas de energia. Comparativamente a outras medidas de eficiência energética, o investimento nesta tecnologia ainda apresenta menores benefícios financeiros e ambientais, devendo a sua aplicação ser promovida em conjunto com medidas de eficiência energética específicas para cada caso concreto.

A quantificação dos potenciais benefícios em quatro instalações permitiu estimar uma produção anual de 135.927 kWh de energia, reduzir custos no valor de 16.861,45 € e evitar a emissão de 119.902 kgCO₂e.

ATIVIDADE PROSPETIVA

A aquisição e desenvolvimento de novas competências e conhecimento nos domínios da Energia e Ambiente têm sido uma constante na estratégia da *Energaia*. Desta forma, a Agência tem orientado a sua estratégia no sentido de intervir e cooperar em projetos com impacto, vocacionados para o desenvolvimento e competitividade territorial. Estrategicamente, a *Energaia* sempre estudou novas oportunidades de parceria e cooperação com outras entidades públicas e privadas, bem como formas alternativas de financiamento, nomeadamente, projetos que contemplem candidaturas a fundos comunitários.

Assim, a *Energaia* participou em candidaturas a vários programas e instrumentos de financiamento:

- Elaboração de oito candidaturas ao **Fundo de Eficiência Energética (FEE), Aviso 18 - Redução de Consumos de Energia Reativa no Estado 2015**.
- Participação no consórcio internacional de candidatura à primeira convocatória do programa Interreg-Sudoe - **REDECOUVRIR - Rede de Cooperação na Habitação entre Residentes e Responsáveis na fragilidade energética**.
- Participação em consórcio internacional de candidatura à primeira convocatória do programa Interreg-Sudoe - **SPEERDATA - Sistema assessor de eficiência energética para os edifícios públicos com base no intercâmbio de experiências em massa**.
- Participação em consórcio internacional de candidatura à primeira convocatória do programa Interreg-Sudoe - **ENERGYWATCHER - Observatório do consumo de energia em edifícios para o desenvolvimento/avaliação de planos de ação direcionados para a alteração de padrões de comportamento dos consumidores**.
- Participação em consórcio internacional de candidatura à convocatória do programa Interreg Espanha-Portugal – **INTIE-Infraestruturas transfronteiriças de Inovação Energética**.
- Participação no consórcio internacional de candidatura ao Horizonte 2020 - **EnergyBBuG – Consumers Active Participation and Aggregation for Effective and Efficient Real Time Optimisation of Demand and Energy Resources in Blocks of Buildings and Smart Grids**.
- Participação no consórcio de candidatura ao Fundo de Apoio à Inovação - ERA-NET COFUND - Concurso Transnacional Conjunto “SmartGrids Plus” - **EWEM - Enabling Widespread Energy Management in Smart Grids**.
- Participação como parceiro de candidatura ao COMPETE 2020, no projeto **SEEGA – Social Energy Efficiency GAME**, no âmbito de monitorização de consumos de energia e água em escolas.

ATIVIDADES NÃO PREVISTAS EM PLANO DE ATIVIDADES

No ano de 2015 foram desenvolvidas as seguintes atividades não previstas em sede de Plano de Atividades:

- Na sequência das várias perspetivas de Avisos de Candidatura a Fundos de Financiamento Nacionais e Comunitários, durante 2015, a *Energaia* apoiou os seus associados na interpretação e na identificação das atividades bem como na apresentação de orçamentos indicativos.
- Na sequência das candidaturas submetidas e aprovadas no aviso POVT-65-2014-88, referente a eficiência energética na iluminação pública para os Municípios de Vila Nova de Gaia (1.241.801€) e Oliveira de Azeméis (534.172€), durante 2015, a *Energaia* apoiou a implementação do projeto, bem como a análise de propostas no âmbito dos procedimentos concursais.
- A medida “Gestores Municipais de Energia” foi elaborada pela *ADENE*, no âmbito do Plano de Promoção da Eficiência no Consumo (PPEC) da *ERSE*, como uma medida de carácter intangível, na área da eficiência no consumo de energia elétrica nos serviços e equipamentos da administração local. Esta medida teve como objetivo principal a realização de ações de formação para “Gestores Municipais de Energia” dos municípios de Portugal Continental, visando a aquisição e reforço de conhecimentos e competências de técnicos locais no uso eficiente da energia elétrica.
Em 2015, a *Energaia* associou-se à iniciativa através da implementação da medida nos seus Municípios associados. A equipa técnica da *Energaia* esteve diretamente envolvida como formadores de vários módulos que constituíam o plano de formação e que decorreu durante quatro dias em Vila Nova de Gaia. A *Energaia* colaborou igualmente com a Comunidade Interurbana de Aveiro na implementação da medida nos seus Municípios, através da realização desta ação de formação em Ovar e Estarreja.
- Em 2015, a *Energaia* colaborou com o LNEG na organização de uma sessão de formação sobre a Avaliação de CO₂, Energia e Água consumidos no ciclo de vida das urbanizações, no âmbito do projeto UrbiLCA. O conteúdo programático deste evento considerou a

Introdução ao life cycle thinking e à Análise do Ciclo de Vida (ACV), metodologia geral de ACV, e sua aplicação aos produtos da construção, a edifícios e áreas urbanas. Contou igualmente com uma introdução e explicação da ferramenta de avaliação UrbiLCA, apresentação da base de dados, e de um caso de estudo através de exemplo concreto.

- Os técnicos da equipa da *Energaia* participaram como oradores no evento “Sustentabilidade Energética em São João da Madeira” que decorreu no edifício da Torre da Oliva, e que teve como principal tema a Estratégia de Sustentabilidade Energética do Município de São João da Madeira, o Observatório de Sustentabilidade e ações de eficiência energética e hídrica aplicadas em edifícios e infraestruturas municipais.
- A *Energaia* apoiou os seus associados, e também o Município de Arouca, na identificação e desenvolvimento de candidaturas ao Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica. As candidaturas versavam promotores como a EDP Comercial, EDP Distribuição, RNAE, entre outros. As medidas identificadas passaram pela substituição de iluminação de edifícios para LED, instalação de Reguladores de Fluxo, instalação de balastros eletrónicos multinível, etc.
- Tendo-se conhecimento sobre a possibilidade de obter a informação de cadastro da iluminação pública dos municípios associados, desenvolvido pela EDP (GEOACT), a *Energaia* envidou todos os esforços para obter tal informação, tendo em 2015 fornecido essa valiosa informação aos seus associados.
- Tendo como objetivo um melhor conhecimento sobre o tema do OpenData, a *Energaia* participou no “VoCamp in Energy measurement data in municipalities”. Realizado em Viena, tratou-se de um evento de capacitação técnica, promovido pelo projeto Ready4 SmartCitites.
- A *Energaia* apoiou o Município de Vila Nova de Gaia no desenvolvimento da Presidência Aberta – Sustentabilidade Energética, nomeadamente na identificação e divulgação de projetos emblemáticos no território.
- No âmbito do projeto CASI (Public Participation in Developing a Common Framework for Assessment and Management of Sustainable Innovation), em coordenação com o

Município de Espinho, a *Energaia* promoveu a análise do Observatório de Sustentabilidade recorrendo às matrizes de análise desenvolvidas.

- No ano de 2015, a *Energaia* foi convidada pela AMP – Área Metropolitana do Porto, a participar no desenvolvimento da Estratégia 2020 da Área Metropolitana do Porto, designadamente na construção do Programa de Ação e Investimento no âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, no tema da Sustentabilidade Energética. Na sequência desta participação, a *Energaia* apoiou os municípios da AMP na definição de uma estratégia de intervenção nos seus territórios, bem como na formulação das fichas de intenção de projetos no âmbito do Plano de Ação da AMP2020.

ATIVIDADES PREVISTAS MAS NÃO CONCRETIZADAS

Todas as atividades presentes do Plano de Atividades da *Energaia* foram concretizadas.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Apesar da informação legalmente exigível se encontrar disponível no anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, que faz parte do presente documento, apresentamos mais alguma informação circunstancial, mas necessária à compreensão das contas que ora se apresenta à apreciação, resultado da atividade desenvolvida no âmbito do plano de atividades e orçamento.

Como vem sendo usual, apresentamos mapas de pormenor que, julgamos facilitadores, para uma melhor compreensão da análise com valores arredondados para a unidade.

RENDIMENTOS

Os rendimentos e réditos obtidos no ano em análise perfizeram um total de 275 122 euros, distribuídos pelas seguintes contas:

Rubricas	2014			2015		
	Real	Orçamento	Desvio	Real	Orçamento	Desvio
72 Prestações de serviços	238 405	200 000	38 405	273 208	200 000	73 208
75 Subsídios, doações e legados à exploração	42 280	54 297	-12 017	0	0	0
78 Outros rendimentos e ganhos	2 162	0	2 162	1 914		1 914
Total	282 847	254 297	28 550	275 122	200 000	75 122

Tendo em conta o valor total dos rendimentos previstos em sede de orçamento, temos uma execução que excedeu em 37,6 por cento o previsto, isto é, verificamos que os rendimentos obtidos ultrapassaram a previsão orçamentada num valor de 75 122 euros.

A rubrica Prestação de Serviços reflete as quotizações aos associados, no montante de 51 623 euros, bem como as quotizações extraordinárias, aprovadas no âmbito do orçamento 2014/2017 e debitadas aos municípios associados, no total de 146 596 euros.

Engloba, ainda, prestações de serviços no montante de 74 988 euros, que contribuiu de forma positiva para o desvio verificado.

Em Outros rendimentos e ganhos foi inscrita a quantia de 1 188 euros, correspondente à recuperação em sede de IVA, por via da regularização do regime Pro Rata, e ainda a quantia de 715 euros, de comparticipação de gastos por outras entidades.

O quadro seguinte apresenta o peso de cada uma das rubricas em relação ao total dos rendimentos dos exercícios de 2014 e 2015.

Rubricas	2014	2015
72 Prestações de serviços	84,29%	99,30%
75 Subsídios, doações e legados à exploração	14,95%	0,00%
78 Outros rendimentos e ganhos	0,76%	0,70%
Total	100,00%	100,00%

GASTOS E PERDAS

Os gastos e perdas ocorridos no período em análise somaram um total de 247 028 euros, distribuídos pelas seguintes rubricas.

Rubricas	2014			2015		
	Real	Orçamento	Desvio	Real	Orçamento	Desvio
62 Fornecimentos e serviços externos	80 572	108 258	-27 686	68 002	53 961	14 041
63 Gastos com pessoal	133 268	146 039	-12 771	157 238	146 039	11 199
64 Gastos de depreciação e de amortização	741		741	920		920
68 Outros gastos e perdas	402		402	20 859		20 859
69 Gastos e perdas de financiamento	902		902	10		10
Total	215 885	254 297	-38 412	247 028	200 000	47 028

Relativamente ao total dos gastos e perdas orçamentados, regista-se um acréscimo de 47 028 euros. Relativamente ao período anterior, registámos também um aumento de 31 143 euros. Face a esta realidade, constatámos que a execução orçamental foi excedida em 24 por cento.

Tal como acima se apresentou em relação às várias rubricas de rendimentos, identificamos, no quadro abaixo, o peso de cada uma das rubricas no total dos gastos, no que respeita a 2014 e ao período em apreciação.

Rubricas	2014	2015
62 Fornecimentos e Serviços Externos	37,32%	27,53%
63 63 Gastos com pessoal	61,73%	63,65%
64 Gastos de Depreciação e de Amortização	0,34%	0,37%
68 Outros gastos e perdas	0,19%	8,44%
69 Gastos e perdas de financiamento	0,42%	0,00%
Total	100,00%	100,00%

Constatamos, até pela natureza da nossa instituição, que as duas grandes rubricas de gastos são a rubrica de fornecimentos e serviços externos e a rubrica de gastos com o pessoal.

O recurso aos fornecimentos e serviços externos representou 27 por cento dos gastos e perdas ocorridos no período em análise, sendo que as rubricas com maior peso neste período são as relativas a “Subcontratos”, “Trabalhos especializados” e “Rendas”.

Perante estes valores, fica-nos o resultado antes de impostos no valor de 28 094 euros. Assim, após o registo da estimativa do IRC a pagar, no total de 158 euros, apurou-se um lucro de 27 936 euros, verificando-se uma diminuição face ao exercício anterior (64 853 euros) e que se justifica no desempenho orçamental referido anteriormente.

Face ao desempenho acima divulgado, em termos de rácios de particular relevância económica e financeira, a autonomia financeira é de 82 por cento, traduzindo-se num aumento relativamente ao ano anterior, que foi de 75 por cento. A liquidez geral foi de 4, sendo agora de 5,57.

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram acontecimentos após o termo do exercício que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

Em 2016, a Energaia prevê a continuidade dos objetivos estratégicos definidos para o quadriénio 2014-2017, objetivos esses que continuam plenos de sentido em função das prioridades dos territórios assim como dos conteúdos programáticos dos programas de financiamento estruturais recentemente tornados públicos.

Nesse mesmo sentido, é expectável que a agência dê continuidade às atividades de suporte aos municípios, que se têm revelado altamente geradoras de valor, mas também que possa vir a reabrir novamente a sua atividade em projetos de cariz internacional, em favor desta mesma criação de valor.

DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei 534/80, de 7/11, informa-se que não existem dívidas vencidas para com o Estado.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código Contributivo, informa-se que não existem dívidas perante a Segurança Social.

Não existem dívidas vencidas para com os trabalhadores.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do exercício foi positivo de 27.936,23 € (Vinte e Sete Mil Novecentos e Trinta e Seis Euros e Vinte e Três Cêntimos), o qual se propõe seja levado à conta de resultados transitados.

Vila Nova de Gaia, 30 de março de 2016

O Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração
Joaquim Borges Gouveia – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

Vice-Presidente do Conselho de Administração
Vitor Marques – Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

Vogal do Conselho de Administração
Vicente Pinto – Câmara Municipal de Espinho

Tesoureiro do Conselho de Administração
António Santos Ferreira – EDP Distribuição

Secretário do Conselho de Administração
Luís Silva – ADENE – Agência para a Energia

CONTAS

2015

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/dez/15	31/dez/14
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1 848,06	527,41
Activos intangíveis	6		
		1 848,06	527,41
Ativo corrente			
Clientes	11.2	3 468,60	53 720,25
Estado e outros entes públicos	15.2	1 359,32	
Associados	11.1	92 370,52	119 066,06
Outras contas a receber	11.3	26 440,13	22 236,41
Diferimentos	15.1	355,09	1 928,96
Caixa e depósitos bancários	11.4	90 557,38	2 225,31
		214 551,04	199 176,99
Total do ativo		216 399,10	199 704,40
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	11.5	188 740,00	188 740,00
Reservas	11.5	875 752,32	875 752,32
Resultados transitados	11.5	-914 553,99	-979 407,38
Resultado líquido do período		27 936,23	64 853,39
Total do fundo de capital		177 874,56	149 938,33
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.6	11 270,97	5 882,52
Estado e outros entes públicos	15.2	4 179,15	8 499,40
Financiamentos obtidos	11.8	402,17	6 663,00
Outras contas a pagar	8/11.7	22 672,25	28 721,15
		38 524,54	49 766,07
Total do passivo		38 524,54	49 766,07
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		216 399,10	199 704,40

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	7/11.1	273 207,95	238 404,86
Subsídios, doações e legados à exploração	8		42 280,10
Fornecimentos e serviços externos	13/15.3	-68 002,36	-80 571,91
Gastos com o pessoal	10	-157 237,59	-133 267,92
Outros rendimentos e ganhos	15.4	1 914,37	2 161,53
Outros gastos e perdas	8/15.5	-20 858,56	-401,72
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		29 023,81	68 604,94
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5/6	-919,70	-741,02
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		28 104,11	67 863,92
Juros e gastos similares suportados	12	-9,69	-902,37
Resultado antes de impostos		28 094,42	66 961,55
Imposto sobre o rendimento do período	9	-158,19	-2 108,16
Resultado líquido do período		27 936,23	64 853,39

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado do

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		324 290,46	108 484,88
Pagamentos a Fornecedores		-69 255,29	-123 224,64
Pagamentos ao Pessoal		-160 894,76	-133 267,92
Caixa gerada pelas operações		94 140,41	-148 007,68
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento		-2 108,16	-27,63
Outros recebimentos/pagamentos		5 011,09	122 680,55
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		97 043,34	-25 354,76
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis		2 240,35	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-2 240,35	0,00
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de :			
Financiamentos obtidos		402,17	5 926,60
Realização de fundos		0,00	7 200,00
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos		6 663,00	
Juros e gastos similares		210,09	701,97
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-6 470,92	12 424,63
Varição de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		88 332,07	-12 930,13
Efeito das diferenças de câmbio e de justo valor			
Caixa e seus equivalentes no início do período	11.4	2 225,31	15 155,44
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.4	90 557,38	2 225,31

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Valores em euros

1. Identificação da entidade

Identificação da entidade:

Energaia – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto

Sede:

Avenida Manuel Violas, n.º 476 - 23
4410-136 São Félix da Marinha

Natureza da atividade:

A *Energaia – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto* é uma pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos, com área de intervenção ao nível do Sul da Área Metropolitana do Porto, focalizada na criação e dinamização de ações nas áreas da energia e informação.

A *Energaia* surgiu no seguimento da aprovação de uma candidatura submetida à CCDR-N no âmbito do concurso para a Promoção e Desenvolvimento da Rede Territorial de Agências de Energia, vindo desta forma dar continuidade ao trabalho desenvolvido pela *Energaia* como Agência Municipal de Energia de Gaia constituída em 1999.

Em 1999, a *Energaia* foi criada por iniciativa da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, ao abrigo de um contrato com o Programa SAVE II da Comissão Europeia, que apoiava a criação e o funcionamento deste tipo de organizações durante três anos. No âmbito desse acordo, a *Energaia* teve como parceiros de contrato as agências de Vercelli (Itália) e Valência (Espanha).

Durante a primeira década de existência, a *Energaia* focou a sua atividade no Município de Gaia, tendo contribuído para o seu desenvolvimento sustentável através de projetos e políticas na área da Utilização Racional de Energia e Sustentabilidade.

Com o alargamento territorial a seis Municípios: Vila Nova de Gaia, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, Espinho, São João da Madeira e Vale de Cambra, a *Energaia* enfrenta um novo desafio,

o de contribuir para a sustentabilidade e competitividade dos territórios, aumentando assim a qualidade de vida dos seus cidadãos.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com a normalização contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) e as Normas Interpretativas.

Sempre que a NCRF-ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações, há recurso, supletivamente e pela ordem indicada, ao SNC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e demais legislação complementar; às Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho; e às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Derrogação das disposições da NCRF-ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pela NCRF-ESNL.

Comparabilidade das demonstrações financeiras

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2015 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão

influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) A razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

Ativos fixos tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual, quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

Ativos intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e que permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos os “Instrumentos Financeiros” com exceção de:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resultar numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado de:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

i) Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros, que se encontram com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

ii) Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registados pelo seu custo, estando deduzidos, no Balanço, das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem, de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente; no entanto, nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

iii) Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros, cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato, a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontram em

imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

iv) Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

v) Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

vi) Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar à liquidação, cancelamento ou expiração.

Custos de empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos incluem os juros e os encargos financeiros dos descobertos bancários e dos empréstimos obtidos a curto prazo. Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro nominal, dado que a diferença de valor se calculados com base na taxa de juro efetiva não reveste relevância material, e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e que devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que haja a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

A matéria coletável das pessoas coletivas e outras entidades residentes que não exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial, ou agrícola é determinada nos termos dos artigos 53º e 54º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

À matéria coletável determinada, é aplicada a taxa de 21,5% nos termos do n.º 5 do art.º 87, acrescendo, ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2012 a 2015 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber, com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

Subsídios

Os “subsídios à exploração” são reconhecidos na demonstração de resultados quando ocorrem os correspondentes gastos e quando existem garantias seguras do seu recebimento.

Julgamentos e estimativas

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo a empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos fixos tangíveis

Outros ativos fixos tangíveis

Os “ativos fixos tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, as quais se situam nos intervalos definidos no Decreto - Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro, o qual estabelece as taxas de depreciação aceites para efeitos fiscais.

As taxas atualmente aplicadas aos “ativos fixos tangíveis” refletem a vida útil esperada dos bens, segundo a seguinte tabela:

Período de vida útil esperada dos bens	Número de anos
Equipamento básico	5 a 15
Equipamento administrativo	4 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 10

Existem, para além das vidas úteis mencionadas, bens depreciados a 100%, de acordo com o Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os movimentos ocorridos no valor dos “ativos fixos tangíveis”, bem como nas respetivas depreciações, foram os seguintes:

Rubricas	Equipamento		Outros ativos fixos tangíveis	Total
	Básico	Administrativo		
Quantia escriturada bruta inicial:				
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.675.311,32	87.574,42	1.849,80	2.764.735,54
Adições				
Regularizações				
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.675.311,32	87.574,42	1.849,80	2.764.735,54
Depreciações acumuladas:				
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.675.311,32	86.305,99	1.849,80	2.763.467,11
Depreciações do exercício		741,02		741,02
Regularizações				
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.675.311,32	87.047,01	1.849,80	2.764.208,13
Valor líquido		527,41		527,41

Rubricas	Equipamento		Outros ativos fixos tangíveis	Total
	Básico	Administrativo		
Quantia escriturada bruta inicial:				
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.675.311,32	87.574,42	1.849,80	2.764.735,54
Adições		2.240,35		2.240,35
Transferências				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.675.311,32	89.814,77	1.849,80	2.766.975,89
Depreciações acumuladas:				
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.675.311,32	87.047,01	1.849,80	2.764.208,13
Depreciações do exercício				
Transferências		919,70		919,70
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.675.311,32	87.966,71	1.849,80	2.765.127,83
Valor líquido		1.848,06		1.846,06

A gestão dos ativos afetos ao projeto Gaia Global foi transferida para a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, ao abrigo do acordo de cessão de exploração celebrado entre esta Câmara e a *Energaia*, em 24 de outubro de 2007.

6. Ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Rubricas	Outros ativos intangíveis	
	Programas de computador	Total
Quantia escriturada bruta inicial:		
Saldo em 31 de dezembro de 2013	12.388,30	12.388,30
Adições		
Transferências		
Saldo em 31 de dezembro de 2014	12.388,30	12.388,30
Amortizações acumuladas:		
Saldo em 31 de dezembro de 2013	12.388,30	12.388,30
Amortizações do exercício		
Transferências		
Saldo em 31 de dezembro de 2014	12.388,30	12.388,30
Valor líquido	0,00	0,00

Rubricas	Outros ativos intangíveis	Total
	Programas de computador	
Quantia escriturada bruta inicial:		
Saldo em 31 de dezembro de 2014	12.388,30	12.388,30
Adições		
Transferências		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	12.388,30	12.388,30
Amortizações acumuladas:		
Saldo em 31 de dezembro de 2014	12.388,30	12.388,30
Amortizações do exercício		
Transferências		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	12.388,30	12.388,30
Valor líquido	0,00	0,00

7. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber, com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes réditos:

Rubricas	2015	2014
Prestação de serviços		
Quotizações e joias	198.219,94	197.329,86
Outras prestações de serviços	74.988,01	41.075,00
Totais	273.207,95	238.404,86

8. Subsídios e outros apoios

Os “subsídios à exploração” são reconhecidos na demonstração de resultados quando ocorrem os correspondentes gastos e quando existem garantias seguras do seu recebimento.

Os subsídios obtidos são de “outras entidades”, no âmbito do FEDER, conforme se apresenta:

Descrição	Natureza	31.12.2015			31.12.2014		
		Capitais próprios	Ativo Passivo	Demonstração dos resultados	Capitais próprios	Ativo Passivo	Demonstração dos resultados
MI Ciudad AC2	Não reembolsável						
Nova Agência	Não reembolsável		-3.301,02	-15.331,72		21.663,89	42.280,10
Total						21.663,89	42.280,10
Subsidio ao investimento						0,00	0,00
Subsidio à exploração			-3.301,02	-15.331,72	0,00	21.663,89	42.280,10

Após o encerramento do processo de candidatura inerente ao subsídio “Nova Agência”, foi necessário proceder à correção dos valores imputados nos exercícios anteriores, considerando que a execução do mesmo se situou abaixo dos valores elegíveis.

9. Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é determinado com base na matéria coletável que se obtém pela dedução ao rendimento global dos montantes correspondentes aos custos comuns e

outros custos imputáveis aos rendimentos sujeitos a imposto e não isentos e dos benefícios fiscais que consistam em deduções àquele rendimento.

De referir que são englobados na matéria coletável os rendimentos de capitais, prediais e as mais-valias, assim como outro tipo de rendimentos não específicos. A taxa de impostos sobre lucros é de 21,5%.

Descrição	2015	2014
IRC Liquidado		2.077,50
Tributação Autónoma	158,19	30,66
Total	158,19	2.108,16

10. Benefícios dos empregados

Os “outros gastos com o pessoal” englobam, nomeadamente, gastos com formação profissional, no valor de 2.051,82 € (2014: 115,00 €).

O número médio de colaboradores ativos no corrente exercício foi de 5 (2014: 5). Em 31 de dezembro de 2015, o número de colaboradores era de 4 (2014: 5), e o número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2015 e 2014, foi, respetivamente “1” e “1”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários e órgãos diretivos foram os seguintes:

Rubricas	2015	2014
Remunerações dos órgãos diretivos	43.217,30	43.206,94
Remunerações do pessoal	70.454,96	64.914,36
Benefícios de cessação de emprego – Valor integral	16.130,00	
Encargos sobre remunerações	23.653,65	23.125,59
Seguros de acid. no trab. e doenças prof.	1.521,96	1.727,73
Outros gastos com o pessoal	2.259,72	293,30
Total	157.237,59	133.267,92

11. Instrumentos financeiros

11.1. Associados

O património associativo nominal da *Energaia* é constituído por cento e cinquenta mil unidades de participação, correspondendo a cada unidade de participação o valor de 1,00 €. Os associados são municípios e associados não municipais, sendo que, segundo os estatutos da entidade, os municípios associados possuem uma percentagem do património associativo nominal equivalente a oitenta por cento das unidades de participação.

Em 2012, foram criados novos estatutos da entidade, tendo sido iniciado, nesse exercício, o processo de subscrição do património associativo, que visa ficar representado conforme se segue:

Associados	Unidades de Participação	%
Município de Vila Nova de Gaia	55.200,00	36,80%
Município de Santa Maria da Feira	30.000,00	20,00%
Município de Oliveira de Azeméis	13.200,00	8,80%
Município de São João da Madeira	7.200,00	4,80%
Município de Vale de Cambra	7.200,00	4,80%
Município de Espinho	7.200,00	4,80%
Associados não municipais	30.000,00	20,00%
Total	150.000,00	100,00%

Em 31 de dezembro de 2015, o fundo previsto nos estatutos inerente aos associados municipais encontra-se totalmente subscrito. Relativamente à quota-parte do fundo dos associados não municipais, está por subscrever a quantia de 2.500,00€, que representa 1,67% do fundo total.

Do fundo subscrito pelos associados, encontra-se realizado, a 31 de dezembro de 2015, o montante de 145.000,00 € (31.12.2014: 145.000,00€), ficando da seguinte forma:

Fundos	€
Saldo em 31.12.2014	145.000,00
Aumentos no exercício	
Saldo em 31.12.2015	145.000,00

Assim, dos fundos subscritos, encontra-se por realizar o montante de 2.500,00 €, conforme divulgado no quadro seguinte, que sintetiza os saldos pendentes com os associados.

Quantias de saldos pendentes

Total a receber								
		2015			2014			
Associados Municipais	Unidades Participação	Quotas	Outros	Total	Unidades Participação	Quotas	Outros	Total
Município de Vila Nova de Gaia		87.086,92		87.086,92		87.086,92	41.420,25	128.507,17
Município de Vale de Cambra						13.917,40		13.917,40
Município de São João da Madeira						12.635,72		12.635,72
Município de Espinho						1.922,51		1.922,51
Associados Não Municipais								
EDP – Distribuição – Energia, SA		667,54		667,54				
STCP, S.A.	2.500,00	833,33		3.333,33	2.500,00	833,33		3.333,33
Metro da Área Metropolitana do Porto, S.A.		1.780,10		1.780,10		890,05		890,05
Águas do Douro e Paiva, SA						222,52		222,52
ADENE – Agência para a Energia		445,03		445,03		445,03		445,03
EDP Gás, S.A.		445,03		445,03		445,03		445,03
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto						222,52		222,52
Universidade de Aveiro		667,54		667,54		445,03		445,03
Águas do Norte, SA		445,03		445,03				
Totais	2.500,00	92.370,52		94.870,52	2.500,00	119.066,06	41.420,25	162.986,31

As transações com os associados constam do quadro seguinte:

Transações

Associados	2015		2014			
	Subscrição Unidades de Participação	Quotizações	Prestação de Serviços	Subscrição Unidades de Participação	Quotizações	Prestação de Serviços
Associados Municipais						
Município de Vila Nova de Gaia		87.086,92	40.837,23		87.086,92	19.075,00
Município de Santa Maria da Feira		47.329,85			47.329,84	
Município de Oliveira de Azeméis		20.825,14			20.825,13	
Município de São João da Madeira		11.359,17			11.359,17	
Município de Vale de Cambra		11.359,17			11.359,17	
Município de Espinho		11.359,17			11.359,17	
Associados Não Municipais						
EDP Distribuição, S.A.		890,05			890,05	
Suldouro, S.A.		890,05			890,05	
STCP, S.A.						
Águas do Douro e Paiva		445,02			890,05	
Metro da Área Metropolitana do Porto, SA		890,05			890,05	
ADENE - Agência para a Energia		890,05	688,80		890,05	
GALP Energia, S.A.		890,05				
Instituto Superior de Engenharia do Porto		890,05			890,05	
EDP Gás, S.A.		890,05			890,05	
Universidade de Aveiro		890,05			890,05	
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto		890,05			890,05	
Águas do Norte, SA		445,03	615,00			
Total		198.219,92	42.141,03		197.329,85	19.075,00

11.2. Clientes e Utentes

Conforme já foi mencionado na nota 3 deste anexo, as dívidas de clientes são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflitam o valor recuperável.

Para os períodos de 2015 e 2014, a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Clientes	2015	2014
Galp Power, SA	1.931,10	
RNAE – Assoc. das Agências de Energia e Ambiente	1.537,50	
Município de Vila Nova de Gaia		41.420,25
Instituto Politécnico do Porto		12.300,00
Total	3.468,60	53.720,25

11.3. Outras contas a receber

Tal como as dívidas de clientes, as “Outras contas a receber” são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflitam o valor recuperável.

A rubrica “Outras contas a receber” apresentava, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Outras contas a receber	2015	2014
Fornecedores c/c	207,38	65,79
FEDER		21.663,89
Devedores por acréscimos de rendimentos	25.864,68	
Outros devedores	368,07	506,73
Total	26.440,13	22.236,41

A conta de “Devedores por acréscimos de rendimentos” referem-se a rendimentos do exercício para os quais os respetivos documentos de suporte são de 2016.

11.4. Caixa e depósitos bancários

Não existem, à data do balanço, saldos não disponíveis para uso. O “Caixa e depósitos bancários” englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

A rubrica de “Caixa e depósitos bancários”, a 31 de dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldos:

Caixa e depósitos bancários	31.12.2015	31.12.2014
Caixa		
Numerário	348,17	791,02
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem	209,21	1.434,29
Depósitos a prazo	90.000,00	
Caixa e depósitos bancários	90.557,38	2.225,31

Está registada no balanço, em “Financiamentos obtidos”, no “Passivo”, a quantia de 402,17 € (2014: 1.163,00€) referente ao valor em dívida do cartão de crédito da entidade.

11.5. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações em 2015 e 2014:

Descrição	Saldo em 01.01.2015	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31.12.2015
Fundos	188.740,00			188.740,00
Reservas	875.752,32			875.752,32
Resultados transitados	-979.407,38		64.853,39	-914.553,99
Total:	85.084,94		64.853,39	149.938,33

Descrição	Saldo em 01.01.2014	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31.12.2014
Fundos	181.540,00	7.200,00		188.740,00
Reservas	875.752,32			875.752,32
Resultados transitados	-964.773,09	-14.634,29		-979.407,38
Total:	92.519,23	-7.434,29		85.084,94

11.6. Fornecedores

As dívidas a Fornecedores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor, uma vez que o efeito do desconto é considerado imaterial.

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Fornecedores	2015	2014
PETRÓLEOS DE PORTUGAL, S.A.	631,72	557,10
OPTIMUS-COMUNICAÇÕES, SA	541,08	986,08
COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, SA		338,95
IMAEI-INFORMATICA E MANUT. ELECTRONICA, LDA		340,95
MAGNETIK VALUE		1.402,20
FACTOR SOCIAL, Lda.		2.113,64
IRRADIARE-INV, E DESENV. ENG AMBIENTE, LDA	7.318,50	
ENERGIE CITES	2.500,00	
BNP PARIBAS LEASE GROUP SA	162,11	
Outros	117,56	143,60
Total	11.270,97	5.882,52

11.7. Outras contas a pagar

Tal como as dívidas a Fornecedores, as “Outras contas a pagar”, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor, uma vez que o efeito do desconto é considerado imaterial.

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Outras contas a pagar	2015	2014
Credores por acréscimos de gastos	18.077,16	22.808,68
Outros credores	4.595,09	5.912,47
Total	22.672,25	28.721,15

A conta de “Credores por acréscimos de gastos” contempla a quantia de 16.363,74 € (2014: 19.714,76 €) relativa a direitos adquiridos por trabalho prestado (férias e subsídio de férias) em 2015 e a liquidar em 2016, e ainda a afetação de gastos ao exercício, para os quais os respetivos documentos de suporte são de 2016, no valor de 1.713,42 € (2014: 3.093,92 €).

11.8. Financiamentos obtidos

Os empréstimos estão registados no passivo ao custo, deduzidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar à liquidação, cancelamento ou expiração.

Os empréstimos e descobertos bancários, correntes e não correntes, decompunham-se, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, da seguinte forma:

Financiamentos Obtidos	2015			2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários				5.500,00		5.500,00
Descobertos bancários	402,17		402,17	1.163,00		1.163,00
Loações financeiras						
Desconto de letras						
Suprimentos						
Factoring						
Total	402,17		402,17	6.663,00		6.663,00

Em 2015, o saldo pendente nesta conta, respeitava somente à utilização do cartão de crédito, enquanto, em 2014, além da utilização do cartão de crédito, a Entidade também tinha utilizado a conta corrente caucionada que tem contratualizada com o banco Millennium BCP.

12. Custos de empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos incluem os juros de descobertos bancários e de empréstimos obtidos a curto prazo, bem como os correspondentes encargos financeiros.

São calculados de acordo com a taxa de juro nominal, dado que a diferença de valor se calculados com base na taxa de juro efetiva não reveste relevância material, e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

Os juros e os outros gastos com financiamentos foram os seguintes:

Rubricas	2015	2014
Empréstimos bancários	9,69	902,37
Total	9,69	902,37

13. Locações operacionais

O contrato de aluguer da viatura ao serviço da empresa reveste a natureza de locação operacional, visto que não são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. Os custos deste aluguer ascenderam a 7.224,48 €, em 2015, e 10.949,04 € em 2014.

Descrição do acordo de locação existente em 31/12/15 e 31/12/14:

Nº Contrato	Locadora	Data Inicio	Data Fim	Bem Locado	Valor mensal do aluguer	Opção de Compra
703827	BMW Renting (Portugal), Lda.	04-07-2014	30-06-2018	Viatura 16-OV-41	602,04	N

14. Divulgações exigidas por diplomas legais

Nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei 534/80, de 7/11, informa-se que não existem dívidas vencidas para com o Estado.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código Contributivo, informa-se que não existem dívidas perante a Segurança Social.

Não existem dívidas vencidas para com os trabalhadores.

15. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

15.1. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Diferimentos	2015	2014
Gastos a reconhecer		
FSE	355,09	1.928,96

15.2. Estado e outros entes públicos

Os saldos da rubrica “Estado e outros Entes Públicos” estão divididos da seguinte forma:

	2015		2014	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC		158,19		2.108,16
Impostos s/ rendimento - IRS		1.601,00		1.486,00
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	1.359,32			2.605,40
Contribuições p/ segurança social		2.419,96		2.299,84
	1.359,32	4.179,15		8.499,40

15.3. Fornecimentos e serviços externos

A *Energaia* caracteriza-se pelo elevado grau de qualificação e pelo reconhecimento de diversas valências técnicas, que lhe permite atuar sem qualquer limitação nas áreas em que intervém. No entanto, e como forma de evitar o crescimento inadequado da equipa, a *Energaia* recorre à subcontratação de empresas especializadas que atuam sob a coordenação e supervisão da sua equipa técnica.

Entre os gastos com “Trabalhos especializados” destacam-se os serviços de contabilidade, no valor de 6.814,32 €, de revisão de contas, no valor de 2.510,55 €.

A rubrica “Rendas e alugueres” é composta por:

- Renting 7.224,48 € (2014: 10.949,04€) (viaturas)
- Aluguer 7.714,33 € (2014: 7.583,38€) (instalações da sede da agência)

Desta forma, a repartição dos “Fornecimentos e serviços externos”, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Rubricas	2015	2014
Subcontratos	20.395,20	24.793,46
Trabalhos especializados	10.607,46	13.131,33
Publicidade e propaganda	606,18	644,07
Honorários		3.240,27
Material de escritório	1275,62	1.714,25
Combustíveis	4.325,20	3.082,99
Deslocações, estadas e transportes	5.180,25	5.585,59
Rendas e alugueres	14.938,81	18.532,42
Comunicação	4.324,35	5.604,14
Despesas de representação	1.109,18	874,62
Outros	5.240,11	3.368,77
Total FSE	68.002,36	80.571,91

15.4. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros rendimentos e ganhos	2015	2014
Correções relativas a exercícios anteriores	11,10	2.161,40
Outros	1.903,27	0,13
Total	1.914,37	2.161,53

15.5. Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros gastos e perdas	2015	2014
Correções relativas a exercícios anteriores	17.831,72	
Quotizações	2.720,00	220,00
Outros	306,84	181,72
Total	20.858,56	401,72

A rubrica “Correções relativas a exercícios anteriores” é composta pelo valor de 15.331,72 €, relativo à regularização do subsídio atribuído pelo FEDER, mencionado na nota 8, e ainda pelo valor da quota de 2.500,00 da Energy Cities, relativa ao exercício de 2014, para a qual não foi efetuada a devida especialização.

16. Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 30 de março de 2016. As mesmas poderão ser alteradas aquando da Assembleia de aprovação de contas.

Entre a data do balanço e a data da autorização para a emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

APROVAÇÃO

Vila Nova de Gaia, 30 de março de 2016

O Contabilista Certificado

Luís Cardoso

O Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração
Joaquim Borges Gouveia – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

Vice-Presidente do Conselho de Administração
Vitor Marques – Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

Vogal do Conselho de Administração
Vicente Pinto – Câmara Municipal de Espinho

Tesoureiro do Conselho de Administração
António Santos Ferreira – EDP Distribuição

Secretário do Conselho de Administração
Luís Silva – ADENE – Agência para a Energia

